

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

CICLO DE POLÍTICAS: REFLEXÕES INICIAIS DO PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE CURRÍCULO

Policy Cycle: initial reflections on the process of materializing a curriculum policy

Ciclo de Política: reflexiones iniciales sobre el proceso de materialización de una política curricular

Andresa Fernanda Almeida de Oliveira
Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Programa de Pós-Graduação em Educação.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6211-4383>
E-mail: andresa.af23@gmail.com

Ozerina Victor de Oliveira
Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7063-6483>
E-mail: ozerinaufmt@gmail.com

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Andresa Fernanda Almeida de. OLIVEIRA, Ozerina Victor de. Ciclo de Políticas: reflexões iniciais do processo de materialização de uma política de currículo. In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Mai./Ago., Vol. I, n. 12, p. 149-158, 2023. ISSN 2525-670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 12 (2023)
ISSN 2525-670X

CICLO DE POLÍTICAS: REFLEXÕES INICIAIS DO PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE CURRÍCULO

Policy Cycle: initial reflections on the process of materializing a curriculum policy

Ciclo de Política: reflexiones iniciales sobre el proceso de materialización de una política curricular

Resumo

Após a primeira década de existência da Política de Ações Afirmativas (PAA) no Ensino Superior, torna-se necessário uma análise para além de dados quantitativos ou de análises lineares de implementação, permitindo a visibilidade dos movimentos políticos gerados por ela. Assim, este artigo objetiva apresentar reflexões teórico-metodológicas que estão relacionadas às políticas de currículo, por meio do Ciclo de Políticas e PAA de uma pesquisa de mestrado em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), *campus* Cuiabá. O estudo demonstrou que o texto da política por si só não produz significações e nem mudanças, mas que ao articular com outros contextos produz sentidos e transformações sociais.

Palavras-chave: Ciclo de Políticas. Currículo. Políticas de Ações Afirmativas.

Abstract

After the first decade of existence of the Affirmative Action Policy (PAA) in Higher Education, an analysis beyond quantitative data or linear analysis of implementation becomes necessary, allowing the visibility of the political movements generated by it. Thus, this article aims to present theoretical and methodological reflections that are related to curriculum policies, through the Cycle of Policies and PAA of an ongoing master's research, from the Graduate Program in Education, at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), Cuiabá campus. The study demonstrated that the text of the policy by itself does not produce meanings or changes, but that when articulated with other contexts it produces meanings and social transformations

Keywords: Policy Cycle. Curriculum. Affirmative Action Policies.

Resumen

Pasada la primera década de existencia de la Política de Acción Afirmativa (PAA) en la Educación Superior, se hace necesario un análisis más allá de los datos cuantitativos o análisis lineal de implementación, que permita visibilizar los movimientos políticos generados por ella. Así, este artículo tiene como objetivo presentar reflexiones teóricas y metodológicas que se relacionan con las políticas curriculares, a través del Ciclo de Políticas y PAA de una investigación de maestría en curso, del Programa de Posgrado en Educación, de la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá instalaciones. El estudio demostró que el texto de la política por sí solo no produce significados ni cambios, pero que articulado con otros contextos produce significados y transformaciones sociales

Palabras clave: Ciclo de política. Plan de estudios. Políticas de Acción Afirmativa.

Introdução

Nos últimos anos, houve mudanças significativas em relação aos grupos que frequentam o Ensino Superior (ES), resultado de reivindicação e mobilização por grupos historicamente excluídos de diversas áreas da sociedade, em prol de justiça social e racial.

A partir de 2000, percebe-se “[...]uma mudança dentro de vários setores do governo e, sobretudo, nas universidades públicas, como, por exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas” (GOMES, 2011, p. 135) destaca que, voltadas para a população negra, pelo desempenho e resistência do Movimento Negro (MN).

Destacamos o protagonismo do MN, que tem lutado por políticas de reconhecimento, representação, por Políticas de Ações Afirmativas (PAA), de acesso e permanência de grupos racializados por desigualdades estruturais desencadeadas no período colonial e escravocrata (MUNANGA, 2007), que tem reelaborado as formas de exclusão e massificação de grupos étnicos-raciais até os dias atuais.

Munanga (2007) e Gomes (2002) definem as PAA como um conjunto de políticas públicas provisórias, que visam combater a discriminação racial acumulada ao longo dos séculos. O propósito é modificar a situação do Brasil e a mobilidade social de grupos beneficiados por ela.

Nesse contexto, foram criadas e aprovadas resoluções e normativas no interior de Instituições de Ensino Superior (IES), reverberando na elaboração/aprovação da Lei nº. 12.711/2012 para “[...] incluir grupos alijados de liberdade e dignidade pelo tradicional racismo estrutural e institucional” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2022, p. 114).

Após a primeira década de existência da política nas IES, torna-se necessário uma análise para além de dados quantitativos ou de análises lineares de implementação, permitindo a visibilidade dos movimentos políticos por elas gerados.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo apresentar reflexões teórico-metodológicas que estão relacionadas às Políticas Curriculares e PAA, de uma pesquisa de mestrado em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), *campus* Cuiabá.

O estudo se baseia na abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da compreensão de currículo como prática cultural e de significação, na centralidade da diferença (MACEDO, 2006a), com o intuito de desnaturalizar processos de identificação pensados sob a lógica do determinismo biológico de projetos educacionais colonialistas, pois, “[...] muitos foram os estudos que buscaram mostrar a inferioridade de sujeitos não-brancos e construíram suas propostas educativas baseadas nessa inferioridade (...)” (MACEDO, 2006a, p. 335).

As intersecções teórico-metodológicas possibilitam enxergar o movimento das PAA apresentadas neste estudo implicam a compreensão do movimento cíclico e discursivo das políticas a partir de Ball (2001), viabilizando a problematização e análise substantivas de uma política de currículo em processo, desde seus primeiros contornos, por meio dos contextos de influência e produção de texto, abstraídos com fontes bibliográficas e documentais.

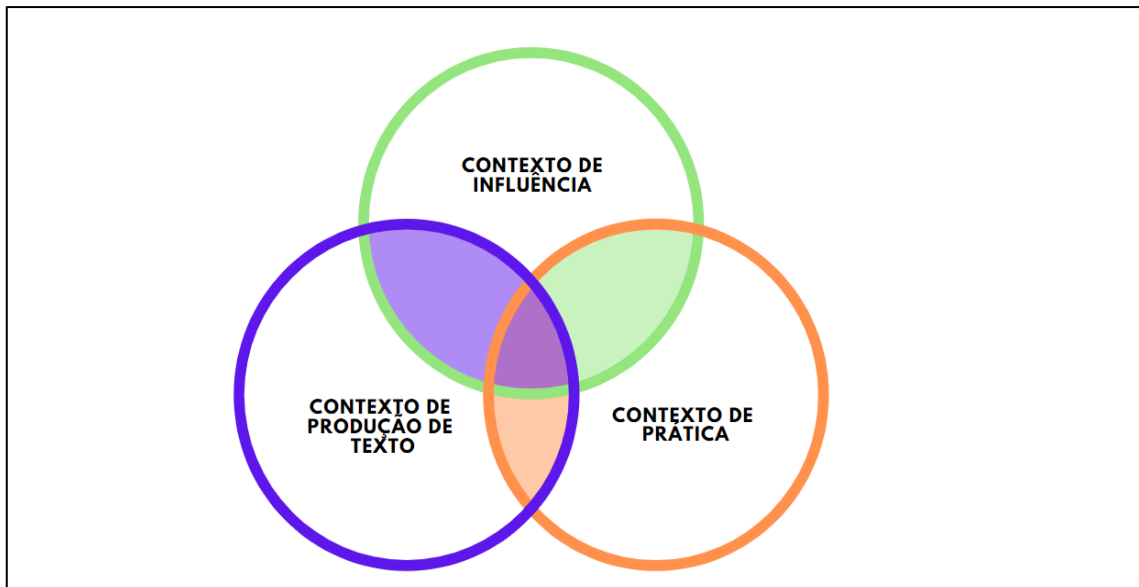
Ciclo de Políticas como lente teórica

A teoria do *Polyce Cycle* (Ciclo de Políticas – CP) foi elaborada por Bowe, Ball e Gold (1992), durante os anos 80 e 90, com o objetivo de analisar as reformas educacionais em tramitação na Inglaterra, em oposição ao modelo tradicional de análise de Políticas Educacionais (PE), que desconsiderava movimentos, vozes, textos e contextos.

Minardes (2006), um dos principais comentadores do CP no Brasil, salienta que essa teoria tem contribuído significativamente para analisar de forma crítica as PE no contexto brasileiro e em diferentes países, sendo utilizado como método analítico da política desde sua formulação até sua materialização.

No campo do currículo, o CP e sua utilização abrem possibilidades para identificar e reconhecer o movimento cíclico das políticas curriculares, por meio de três movimentos que se encontram na figura 1, o contexto de influência, o de produção do texto político e o da prática (OLIVEIRA; SILVA 2021), contextos fundantes do CP. Nesta pesquisa, são focalizados os dois primeiros contextos mencionados.

Fig. 01: Contextos do processo de formulação de uma política



Fonte: adaptação da figura elaborada por Bowe, Ball e Gold (1992)

Essa aproximação entre contextos e a própria noção de currículo que é significado neste artigo, decorre da nossa compreensão de currículo que está sempre em movimento, sendo, nunca abacado, mas negociado e deslocado. Nele, as relações são articuladas horizontalmente, em um movimento em que se reconhecem as diferenças culturais, sociais e raciais, (SILVA, 1995; MACEDO, 2006a).

Dessa forma, o currículo como prática cultural e de significação não é apenas um conjunto de artefatos culturais, não obstante, essa compreensão, deslocamo-nos para além, compreendo-o como um lugar de enunciação, negociando-o com-a-diferença (MACEDO, 2006b).

Na proposta inicial do CP, foi elaborado três facetas ou arenas, denominadas de política proposta (oficial), de fato (texto) e em uso (prática), posteriormente (BALL, 2009) amadurece as propostas iniciais de análise para contextos.

O contexto de influência é onde as políticas são iniciadas e os discursos são produzidos e disseminados por veículos formais como grupos legislativos, políticos, e informais, por redes sociais, mídias sociais e outros (MAINARDES, 2006). “Esse contexto é importante por ser o momento em que diferentes grupos discutem em torno dos objetivos das políticas” (LIMA, GANDIN, 2012, p. 03), que é quando os grupos disputam para exercem influência nas decisões na elaboração da política. Ao chegarem a um consenso, a proposta é transformada em texto.

No contexto da produção de texto, as políticas são traduzidas discursivamente, apresentadas para convencer, e são geralmente escritas com “linguagem do interesse do público geral” (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p.20). É possível notar a articulação entre interesses de grupos hegemônicos, que influenciam as políticas, e os da população por meio de conexões com elementos que integram o senso comum.

Dessa forma, as PE passam a produzir sentido ou incoerência no contexto da prática, onde o texto é interpretado, traduzido e modificado, pois, a realidade das instituições educacionais pode estar em outra realidade.

Dessa forma, podemos compreender a teoria desenvolvida por Ball, que a produção e materialização das PE não são meramente implementadas, elas movimentam-se em diferentes ciclos. Ainda que as reflexões deste estudo não se desdobrem para o contexto da prática, o pontuamos pelo entendimento de que os contextos que a envolvem estão inter-relacionados.

Políticas de Ações Afirmativas: Algumas reflexões

Desde períodos coloniais o MN reivindica lugar de poder, juntamente com a valorização cultural e condições socioeconômica dignas, visto que diversos projetos de genocídio e de exclusão foram construídos para silenciar e apagar a população negra das diversas esferas da sociedade e manter as formas de subalternização e poder sobre os corpos, mentes, saberes e gênero (QUIJANO, 2002; LUGONES, 2014).

No cenário brasileiro, as ações do MN, por reconhecimento e justiça racial, influenciaram e provocaram o Estado e as IES a promover políticas públicas educacionais de acesso, permanência e valorização da população negra e de suas culturas, trazendo para o centro do debate questões multiculturais que historicamente foram pouco abordadas (MACEDO, 2006b), e se situavam à margem da sociedade ou de forma folclorizada e estereotipada.

O trabalho em conjunto dos movimentos sociais confrontou o sistema hegemônico da educação, defendendo e pressionando por mudanças das políticas curriculares. Esse conjunto de discursos dos agentes mobilizadores envolvidos na

elaboração da PAA pode ser pensado no contexto de influência, “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos” (BALL, 2009, p. 20).

Neste breve estudo, destacamos o processo de produção e materialização da PAA da UFMT. Em 2003 estudantes ligados as lutas do MN do campus de Rondonópolis reuniram 6,200 assinaturas em favor de políticas de acesso a grupos racializados (ALBUQUERQUE, *et al*, 2019). O documento foi encaminhado à UFMT de Cuiabá, resultando na aprovação da Resolução Consepe, nº. 110, de 10 de dezembro de 2003, pelo sistema de sobre vagas.

Assim sendo, pontuamos alguns aspectos relevantes para a análise: a primeira é que o documento expressa a aprovação das PAA na UFMT por mérito, embora o termo seja associado ao reconhecimento da demanda apresentada, à relevância institucional, aos esforços e lutas do movimento estudantil organizado na universidade. As decisões apresentadas no documento demonstram resistência a inscrição para a materialização da política.

O segundo ponto observado foi a decisão pelo sistema de sobre vagas e não de vagas reservas, delegando a responsabilidade acadêmica para os cursos definirem as vagas, e o terceiro ponto à não execução da política no contexto da prática na UFMT, demonstrando que as disputas por poder e representação são elementos estruturantes nos contextos que permeiam as políticas curriculares, pois somente em 2011 as PAA são institucionalmente assumidas, por meio da aprovação da Resolução Consepe, nº. 97 de outubro de 2011 que dispôs sobre “a criação de um Programa de Ação Afirmativa destinado a estudantes egressos de escola pública e estudantes negros (RESOLUÇÃO CONSEPE, N. 97, 2011).

O texto político das PAA afirmativas da UFMT no documento de 2011 apresenta uma estrutura mais consistente e está diretamente ligada com à Lei 12.711/2012, que determina 50% de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, pretos, pardo e indígenas, por curso e turno (BRASIL, 2012).

O tempo entre 2003 e 2012 da não incorporação da PAA para negros/as pardos/as na UFMT evidencia como as políticas de certa forma são frágeis, produzidas por acordos, podendo ou não subsistir, pois, elas são traduzidas por processos complexos de influência (BALL, 2001).

O movimento da política não ocorreu de forma isolada, todo o processo esteve atrelado a outras políticas, ciclicamente entre a esfera nacional e local, pois esta luta tem reflexos em outros grupos e demandas.

Algumas considerações

Consideramos que algumas políticas podem ser encaixadas de maneira que não tenha alterações bruscas nas instituições, ou como no caso das afirmativas, produzem mudanças radicais nas estruturais, nas relações entre os pares e para as pessoas que são assistidas por ela. Elas também podem ser performáticas, adotando uma política e "produzir" uma resposta para fins de prestação de contas em vez de promover uma mudança educacional e institucional (BALL; MAGUIRRE; BRAUN 2016).

As PAA no interior das universidades desempenham papel fundamental no processo de democratização da educação, pelo reconhecimento e valorização das identidades invisibilizadas e subalternizadas. A materialização dessas políticas traz diferentes contextos, produções e relações de identificação/diferenciação, que evidenciam discursos potencializadores, ou não, dessas políticas, indicando seu caráter contingente, provisório e inacabado, que pode tanto avançar quanto retroagir em seus propósitos iniciais.

Percebe-se um movimento de construção, desconstrução e reconstrução da política ao qual o MN foi agente mobilizador que influenciou o processo de produção da PAA. O estudo também demonstra que o texto da política por si só não produz significações e nem mudanças, mas que ao articular com outros contextos produz sentidos e transformações sociais.

Referências

ALBUQUERQUE, R. A. F. *et al.*, **Instituição de ensino superior**: análise das capacidades resilientes diante das políticas de ações afirmativas. R.G. Secr., GESEC, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 47-72, jan/abr. 2019.

BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, S. Entrevista com Stephen j. Ball: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. In: MAINARDES, J; MARCONDES, M. I. **Ed. e Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan/abr, 2009.

BALL, S. MAGUIRRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Lei nº 12/711, de 29 agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 15 de abril de 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Ações afirmativas, por que não?** In: Boletim da UFMG, Belo Horizonte, n. 1347, mai. 2002.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. **Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 10, nº. 18, p. 133-154, out/dez, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133/17537>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

LIMA, Iana Gomes de. Gandin, Luís Armado. Ciclo de Políticas: focando o contexto da prática na análise de políticas educacionais. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 35, 2012. **Anais eletrônico**, Porto de Galinhas – PE. Anais – 35º reunião anual da Anped, Porte de Galinhas -PE, Anped, 2012, p. 1-14. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-2154_int.pdf. Acesso em 18 de abril de 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Est. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, set/dez, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, p.98-113, jul/dez 2006b.

MACEDO, Elizabeth. Por uma política da diferença. **Cad. de Pes.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 128, p. 327-356, maio/ago. 2006a.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análises de políticas educacionais. **Educação e Sociologia.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr 2006.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Orgs.). **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007

OLIVEIRA, A. F. A.; Oliveira, O. V.; Ferreira, W. A. A. Políticas Afirmativas em instituições de Ensino Superior: primeiras aproximações. In: RIBEIRO, Marcel Thiago Damasceno, PEREIRA, Bárbara Cortella Pereira (Organizadores) **Pluriverso Educativo nas Reinvidicações Científicas e Sociambientais**, Curitiba, CRV, 2022.

OLIVEIRA, Ozerina Victor de. SILVA, Celeida Maria Costa de Souza. A emergência de estudos de política curricular e o potencial de sua base teórico-metodológica. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2021 | e23191 | E-ISSN 2177-6059.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: _____ (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.p 190-207.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – **Resolução CONSEPE N.º 110, 10 de dezembro de 2003** – Dispõe sobre criação de Sobrevagas no Concurso Vestibular da UFMT.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – **Resolução CONSEPE N.º 97, 31 De outubro de 2011**- Dispõe sobre a criação de um Programa de Ação Afirmativa destinado a estudantes egressos de escola pública e estudantes negros, 2011.

Recebido: 21/03/2023
Aprovado: 30/04/2023
Publicado: 01/05/2023